



OBRAS PRODUZIDAS PELO CHAT GPT: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUAS VIOLAÇÕES NOS DIREITOS AUTORAIS DAS OBRAS BASE

José Henrique Emidio Pessoa Gonçalves¹, Thomaz Jefferson Carvalho²

¹Acadêmico do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Voluntário – PIVIC- UniCesumar. josehenriqueemidiogoncalves0@gmail.com

²Orientador, Mestre, Doutor em Direito, Docente no Curso de graduação em Direito, UNICESUMAR. Pesquisador do CNPq. Advogado. thomaz.carvalho@unicesumar.edu.br

RESUMO

O objeto principal da pesquisa é levantar discussão a respeito da utilização de mecanismos de inteligência artificial no meio acadêmico como o Chat GPT e suas implicações jurídicas que essa nova tecnologia pode causar no que se refere aos direitos autorais. É notório que com o passar dos anos a tecnologia vindo fazendo parte cada vez mais da nossa rotina no trabalho, em casa, na faculdade, dentre outras, essa presença marcante provoca impactos também no Direito e discussões sobre a sua utilização e quais seriam suas implicações se fazem necessárias e são pertinentes. O Chat Gpt foi uma ferramenta criada com intuito de facilitar ao usuário nas suas buscas pesquisas semelhantes a grandes navegadores como Google, porém o Chat possui uma ferramenta nova que permite através de alguns comandos criar para o usuário textos, petições, artigos, livros e vários outros derivados. O problema de pesquisa reside no entendimento que se o chat gpt utiliza a base de dados de milhares de textos já produzidos para produzir um texto novo, assim estaria sendo violados os direitos autorais de tais obras que foram utilizadas de base e que não foram devidamente citados. Dessa forma a pesquisa busca mostrar quais as violações jurídicas que a inteligência artificial pode trazer ao se apropriar de um banco de dados e quais possíveis impactos na advocacia.

PALAVRAS-CHAVE: Chat Gpt; Propriedade autoral; Regulamentação.

1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Internet na Década dos anos 80 o mundo se inseriu no fenômeno determinado como globalização, permitindo com que as pessoas possam se conectar umas as outras, dando origem a denominada era digital. Nesse sentido, o avanço tecnológico possibilitou o acesso a obras do meio acadêmico, obras essas regulamentadas no Brasil pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), (Schossler, 2017).

O presente trabalho terá como objetivo o debate entre a tendência atual no que diz respeito a Inteligência Artificial através do Chat Gpt e seus impactos no direito autoral. Inteligência artificial segundo Fabiano Hartmann Peixoto “é um ramo da ciência da computação que busca, com interação multidisciplinar com outras áreas do conhecimento, a reprodução de ações cognitivas tipicamente humanas” (PEIXOTO, 2020, p. 17).

O correto inclusive quando se trata de inteligência artificial é não utilizar expressões que designam a inteligência artificial de determinada empresa, mas sim o aplicativo chat Gpt que utiliza técnica de inteligência artificial (Cf. SICHMAN, 2021).

O Chat Gpt é uma ferramenta que cria diversos textos com alguns comandos feitos pelo indivíduo, essas obras são feitas através de uma base de dados gigantesca que reúne diversos textos e formas compilando e chegando resultado final desejado. Estes textos produzidos pela inteligência artificial irão utilizar a base de dados existente, qual seria então uma maneira de proteger o direito autoral dessas obras já existentes que servem de base? Como seria sua regulamentação? Essas são uma das questões que serão discutidas ao longo da pesquisa, buscar teorias sobre tutela do direito autoral com intuito de esclarecer como seria uma possível proteção do Direito Autoral, talvez a citação automática de todos os textos usados em sua base de produção.



Nesta concepção utiliza-se nas indagações ao tema a ideia presente na Lei 9.610/98 que os direitos autorais protegem obras intelectuais, como sendo aquelas provenientes do intelecto humano. Portanto, parte-se do pressuposto de que não haveria proteção à obra criada artificialmente, mas a violação poderá ocorrer.

E como resguardar a obra que foi utilizada como base de pesquisa?

É necessário a regulamentação de tal ferramenta? Pois eventualmente seu mau uso incide na violação de direitos autorais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A Pesquisa optou pelo conhecimento empírico ou popular sendo constatada a necessidade, mas partindo para sequência utilizar o conhecimento científico para responder a problematização proposta, utilizará a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Sendo que a pesquisa bibliográfica, consistente em livros, artigos científicos relacionados ao tema, a pesquisa documental com o uso de documentos não publicados e legislação. E o estudo de caso sendo analisado o aplicativo Chat Gpt com suas interações junto as obras já publicadas, logo haverá uma análise de uma situação concreta sobre violações de direitos autorais. Após a coleta do material utiliza-se para análise o método hipotético-dedutivo para construção dos resultados.

Ademais o estudo alcançará maior compreensão também do conceito de inteligência artificial, entendo como reflexo tecnológico sem polarizá-la, mas tendo o necessário olhar e compreensão científica neutra que se espera de uma pesquisa acadêmica.

Também se mostra relevante para a instituição a qual está vinculada, vez que o programa de pós-graduação tem como área de concentração os direitos da personalidade e inegavelmente que direitos morais do autor podem ser violados por tal processo de utilização indevida.

O reflexo de tal pesquisa é a produção científica além de um artigo ao final, mas de comunicações científicas ao longo do ano, uma a ser submetida no Encontro Internacional de Produção Científica que devido sua visibilidade poderá repercutir para outros estudos e reflexões, além de outros eventos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do tema supracitado, espera-se que a pesquisa alcance primeiramente o máximo de entrevistados possíveis para elaboração de um banco de dados produtivo, eficiente e com uma boa quantidade.

A era digital faz parte do nosso cotidiano e é inegável que a cada ano que se passa intensifica cada vez mais a presença da tecnologia em todos os meios. Atualmente como o surgimento da Inteligência Artificial (IA) verifica-se a necessidade de delimitar até onde essas tecnologias podem chegar e qual a maneira correta de se utilizar.

Nesse sentido, a execução do presente trabalho busca informar brevemente a sociedade do que se trata a Inteligência Artificial, bem como verificar qual o conhecimento da população no que se refere ao uso das novas tecnologias no dia a dia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é mister, que haja o debate sobre do que se trata a Inteligência Artificial (IA) e quais seus impactos positivos e negativos na sociedade contemporânea, visando dar uma ênfase maior nas formas adequadas do seu uso, preservando assim a harmonia entre o meio acadêmico e a tecnologia. Permitindo assim, que os Direitos Autorais dos autores das



obras disponibilizadas no meio digital não sejam sucateadas pelo mau uso das novas tecnologias.

Ademais, é necessário que haja uma maior discussão no meio legislativo, buscando assim a positivação de normas que determinem parâmetros e limites para o uso da Inteligência Artificial, permitindo com que a sociedade faça bom uso dos recursos digitais disponíveis na atualidade.

5. REFERÊNCIAS

SCHOSSLER, L. A. S. O reconhecimento do Direito Autoral na era digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, 3., 2017, Santo Ângelo/RS. Anais [...]. Santo Ângelo/RS: Associação de Propriedade Intelectual, 2017. p. 269-278. Disponível em: <<http://www.api.org.br/conferences/index.php /ENPI2017/>>. Acesso em: 06 ago. 2023.

SANTOS, G. B. A sociedade digital é Terra sem Lei? O Direito Autoral na era da internet. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/8304> Acesso em: 06 ago. 2023.

SICHMAN, Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh>. Acesso em 06 de agosto 2023.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Direito e inteligência artificial: referenciais básicos com comentários à resolução CNJ 332/2020. Brasília, DF: Ed do autor: DR.IA., 2020. E-book. DOI: 10.29327/521174. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eqeHvPft_4OnBMnXUkCFYxcCRcbp_Hr2/view. Acesso em: 06 ago. 2023.